



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Ato GP nº 09/2011, de 23/05/2011

**O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

**R E S O L V E** publicar o quadro “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2010 a abril de 2011.

**NELSON NAZAR**  
Desembargador Presidente do Tribunal



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.391.377</b>	<b>6.404</b>	<b>1.397.781</b>
Pessoal Ativo	<b>951.622</b>	<b>5.658</b>	<b>957.280</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	10.830	-	<b>10.830</b>
Demais Despesas com Pessoal Ativo	940.792	5.658	<b>946.450</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	<b>439.755</b>	<b>746</b>	<b>440.501</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	357	-	<b>357</b>
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	439.398	746	<b>440.144</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>511.354</b>	<b>5.133</b>	<b>516.487</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.830	-	<b>10.830</b>
Despesas de Exercícios Anteriores	67.643	5.133	<b>72.776</b>
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	432.881	-	<b>432.881</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>880.023</b>	<b>1.271</b>	<b>881.294</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>524.379.492</b>
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100</b>	<b>0,167822%</b>	<b>0,000242%</b>	<b>0,168064%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,365117%</b>		<b>1.914.599</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,346861%</b>		<b>1.818.869</b>

FONTE : SIAFI e SCNT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.
- No item "Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", foram consideradas as despesas com:
  - Precatórios da Administração Direta, classificadas no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 8.443 (em milhares), e
  - Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R\$ 2.387 (em milhares).
- Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 679 (em milhares), referente aos Precatórios da Administração Indireta, classificado no item de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

**NELSON NAZAR**  
Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

**LUÍS ALBERTO DAGUANO**  
Diretor Geral da Administração

**NIVALDO CATANIA**

Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

**RITA KOTOMI YURI**

Diretora da Secretaria de Controle Interno